

## COMUNICADO DE IMPRENSA

### **CDD congratula órgãos de justiça pelo julgamento do assassinato de Matavele, mas manifesta reservas quanto ao esclarecimento deste crime de Estado**

O Tribunal Judicial da Província de Gaza marcou para quinta-feira, 28 de Maio, o dia de apresentação das alegações finais, depois de ter concluído, na sexta-feira, a audição dos declarantes arrolados no processo sobre o assassinato de Anastácio Matavele. É a derradeira sessão onde o Ministério Público (MP), a defesa, os advogados do assistente da família Matavele e os arguidos vão apresentar os seus argumentos para a apreciação do tribunal dirigido pela juíza Ana Liquidão.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) congratula os órgãos de administração da Justiça pelo julgamento do homicídio do activista social Anastácio Matavele, sete meses depois do cometimento do hediondo crime. Trata-se, na verdade, do primeiro julgamento em que um “esquadrão de morte” constituído por agentes especiais da Polícia senta-se no banco dos réus para responder por um crime de Estado e que tem motivações políticas.

Por tanto, a satisfação do CDD funda-se no facto de existirem muitos casos flagrantes de violação dos Direitos Humanos perpetrados por “esquadrões de morte” que ainda não foram julgados e até hoje não se conhecem, no mínimo, os seus autores materiais. A título exemplificativo, pode citar-se os casos de assassinato do Constitucionalista e Professor Catedrático Gilles Cistac, e dos raptos e torturas do académico e Professor universitário Jaime Macuane, e do jornalista e analista Ericino de Salema.

Apesar de manifestar satisfação pela realização deste julgamento, o CDD entende que este processo não irá esclarecer o assassinato a tiro de Anastácio Matavele, sobretudo os autores morais do crime, incluindo as suas motivações. Esta conclusão decorre da observação que o CDD fez em todas as sessões de audiência e julgamento e funda-se nas omissões e lacunas da própria investigação, a saber:

1. O Tribunal não solicitou os áudios das conversas telefónicas mantidas entre os arguidos e entre estes e outras pessoas nas vésperas e no próprio dia do cometimento do crime. Esta diligência é crucial para perceber o conteúdo das conversas telefónicas que os arguidos mantiveram entre si e com outras pessoas nos dias 6 e 7 de Outubro de 2019. O que consta do processo são simples registos de chamadas e de troca de mensagens.
2. O Ministério Público decidiu afastar o nome de Henriques Machava da acusação definitiva, mesmo sabendo que ele é, em termos legais, o verdadeiro proprietário da viatura usada pelos operativos do Grupo de Operações Especiais (GOE) no atentado contra Matavele. A actuação do Ministério Público tem como objectivo afastar conotações políticas do crime, uma vez que Henriques Machava é membro sénior da Frelimo em Gaza e Presidente do Conselho Municipal de Chibuto.

3. No lugar de Henriques Machava, o Ministério Público arrastou para a acusação definitiva um funcionário da autarquia de Chibuto, Ricardo Manganhe, mesmo sem provas de que este comprou, efectivamente, a viatura do superior hierárquico.
4. Alfredo Chichongue, funcionário afecto ao Centro de Recrutamento Militar de Xai-Xai, foi deixado de lado pelo Ministério Público, apesar de ter sido citado pelos assassinos de Matavele como uma das pessoas que participou dos encontros preparatórios do crime. Aliás, o encontro de 4 de Outubro decorreu no centro social do local de serviço de Chichongue, e foi nesse dia em que ele distribuiu camisetas, capulanas e bonés da campanha da Frelimo aos operativos do GOE.
5. Os órgãos de justiça limitaram a investigação na Cidade de Xai-Xai e não alargaram o raio até Chibuto, o local onde terá sido concebido e financiado o assassinato de Matavele, concretizado a sete dias das eleições gerais de 2019. Estranhamente, ninguém se interessou em investigar as conexões entre Henriques Machava, Alfredo Chichongue e Ricardo Manganhe, todos com ligação a Chibuto; e o facto de os três terem tido relações de familiaridade e de amizade com Nóbregas Chauque, o operativo do GOE que morreu no acidente e cujos restos mortais foram a enterrar em Chibuto. É preciso lembrar que a viatura usada no crime partiu de Chibuto chegou às mãos do sinistro pelotão através de Nóbregas.
6. O Ministério Público luta para afastar a responsabilidade civil de Estado, defendendo que os arguidos cometeram o crime em seu nome e no interesse próprio, mas todos os elementos mostram que o assassinato de Mat-

avele foi um crime de Estado encomendado por diferentes da Frelimo. Além do facto de os arguidos terem assumido que estavam a cumprir uma missão quando atiraram contra Matavele, Esperança Laura, prima de Euclídio Mapulasse e dona da casa onde este foi se esconder depois de fugir do local do acidente, reforçou essa tese. Ela contou ao tribunal que quando quis levar o arguido Mapulasse para o hospital, este recusou-se afirmando que queria ser tratado no quartel da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) porque teve acidente em missão de serviço. E mais: os operativos do GOE são defendidos por Elísio de Sousa, advogado ao serviço do Comando-geral da PRM, isto é, pago pelo Estado.

7. O facto de todos os operativos do GOE atirarem a responsabilidade pelo assassinato de Matavele ao comandante do pelotão Agapito Matavele, mostram claramente que eles estão informados e seguros de que o foragido não será localizado e capturado antes do fecho do julgamento. Aliás, há informações segundo as quais Agapito Matavele continua a movimentar a sua conta bancária e que o Ministério do Interior continua a canalizar os seus ordenados mensais.

Ciente de que estas e outras questões não serão esclarecidas no presente julgamento, o CDD exige que os órgãos da justiça aprofundem as investigações através de abertura de processos autónomos com vista à identificação e responsabilização dos autores morais deste crime hediondo. O CDD espera ainda que no âmbito do processo aberto contra Armando Maússe, o jovem que levou para casa duas pistolas escondidas pelos atiradores, seja esclarecido porquê razão ele viajou para Chibuto logo pela manhã do dia 8 de Outubro e não devolveu as armas à Polícia, conforme tinha prometido aos amigos.